



Administração da  
Região Hidrográfica  
do Norte I.P.



# PLANO DE ACTIVIDADES

# 2010

| FEV 2010



## Índice

Nota prévia .....	4
1. INTRODUÇÃO. AVALIAÇÃO SUMÁRIA 2009.....	5
2. VISÃO E ESTRATÉGIA .....	9
A Nossa Visão.....	9
Os Nossos Valores.....	9
A Nossa Missão .....	10
As Nossas Atribuições e Competências .....	10
Âmbito de Jurisdição da ARH do Norte, I.P. ....	11
3. ORIENTAÇÕES E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS .....	12
Orientações Estratégicas.....	13
Objectivos Estratégicos.....	14
4. RELACIONAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS .....	16
Conselho da Região Hidrográfica .....	16
Parcerias e Compromissos com as Partes Interessadas .....	18
5. RECURSOS.....	19
Recursos Humanos .....	19
Recursos Financeiros .....	20
6. O QUE VAMOS FAZER .....	24
Introdução e objectivos .....	24
Perspectivas para 2010: Aspectos centrais e programa de investimentos .....	25
Programação e Orçamento de Investimento 2010.....	28
7. ANEXOS.....	31



## Figuras

Fig. I - Competências da ARH do Norte, I.P. ....	11
Fig. II - Área de intervenção geográfica da ARH do Norte, I.P. ....	12
Fig. III - Objectivos estratégicos (OE) para a ARH do Norte, I.P. ....	14
Fig. IVb - Objectivos de gestão (OG) da ARH do Norte, I.P. ....	15
Fig. V – Modelo de articulação do CRH .....	16
Fig. VII-a – CRH: representantes da Administração do Estado .....	17
Fig. VII-b – CRH: representantes não ligados à Administração Central do Estado .....	17
Fig. VIII - Estrutura organizativa da ARH do Norte, I.P.: Organograma e recursos humanos.....	19
Fig. IX - Quadro de Planeamento e Controlo Financeiro 2010.....	21
Fig. X - Orçamento de Funcionamento da ARH do Norte, I.P. 2010. ....	22
Fig. XI - Processo de identificação de projectos.....	24
Fig. XII - Programação 2010 da ARH do Norte, I.P. ....	29



## Nota prévia

Este documento apresenta o projecto de **Plano de Actividades 2010** da Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P. (ARH do Norte, I.P.). Num primeiro passo, efectua-se um balanço sumário da actividade desenvolvida em 2009, identificando-se os principais destaques positivos e as maiores vulnerabilidades e, subseqüentemente, referem-se os principais aspectos da visão e da estratégia da ARH do Norte para 2010, assim como as orientações e objectivos estratégicos, bem como o relacionamento com as partes interessadas. Numa segunda parte, identificam-se os recursos humanos e financeiros para o funcionamento da ARH do Norte em 2010, apresentam-se as principais perspectivas e define-se o respectivo programa de investimentos.

Este é, portanto, o segundo Plano de Actividades que a ARH do Norte, I.P. prepara e, como o anterior, espera-se que seja claro e útil para se entenderem os objectivos que esta instituição prossegue para proteger a qualidade das águas e valorizar os recursos hídricos. Tendo estado em consulta informal desde Novembro, este documento foi apresentado, de forma breve, no III **Conselho de Região Hidrográfica**, pelo que deve ser objecto de apreciação na próxima reunião nos termos do art. 12.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro. A todos os que, entretanto, efectuaram contribuições para a sua elaboração, ou que ainda o façam, agradecemos o contributo.

Acreditamos que 2010 constituirá um passo decisivo para a consolidação da ARH do Norte, I.P. 2010 será uma oportunidade excepcional para todos os que se envolvem de forma profissional, com rigor e com ambição, na gestão de recursos hídricos, aos seus diferentes níveis. Cidadãos, empresas, instituições públicas, entidades não governamentais, todos consideram que as águas superficiais – costeiras, estuarinas e interiores – e subterrâneas são um elemento chave para o desenvolvimento. A ARH do Norte I.P. também acredita. Assim, pela nossa parte, daremos o nosso melhor para uma visão de criação de valor pelos recursos hídricos, potenciando a sustentabilidade do Norte de Portugal num quadro europeu e internacional.

O Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P.

António Guerreiro de Brito

# 1. INTRODUÇÃO. AVALIAÇÃO SUMÁRIA 2009

## Balanço da Actividade em 2009: Destaques e constrangimentos

O ano de 2009 é indissociável do arranque funcional das Administrações de Região Hidrográfica (ARH), autoridades regionais a quem foi confiada a promoção da gestão integrada de recursos hídricos por bacia hidrográfica e que constituem o cerne do pilar institucional da reforma da água em Portugal<sup>1</sup>. As ARH são, inequivocamente, o pilar central do novo modelo de governação afecto à implementação de princípios de boa gestão ambiental, social e económica dos recursos hídricos. A constituição das ARH, ainda que uma reforma institucional reconhecida como necessária há mais de duas décadas<sup>2</sup>, desencadeou, como seria de esperar, um processo complexo e difícil de reorganização administrativa, de redistribuição de atribuições e competências, de ajuste de missão ao nível intra-ministerial, bem como de integração de novos valores de sustentabilidade ao nível trans-sectorial. Este período de reestruturação institucional desenvolveu-se, como é sabido, num ambiente de crise económica internacional, que também teve nítidos reflexos a nível nacional. Por isso, este período teve um desafio suplementar, o de conseguir, num contexto difícil, demonstrar que este movimento de desconcentração do Estado encerrara, em si mesmo, um valor marcadamente positivo para o desenvolvimento local e regional. Com efeito, um período de crise e, em simultâneo, de mudança é, também, um momento de esperança e de oportunidades. Neste primeiro período de operação da Administração de Região Hidrográfica do Norte I.P. (ARH do Norte I.P.), muitas foram as acções e os projectos de valor, pelo que, com alguma facilidade, podem ser seleccionados **dez destaques positivos**. Esses aspectos são os seguintes:

1. O esforço colocado pela ARH do Norte I.P. (bem como das restantes ARH) na primeira acção de colecta da Taxa de Recursos Hídricos (TRH) e, conseqüentemente, de construção do Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos (FPRH). A colecta da TRH foi iniciada em Fevereiro de 2009 e o FPRH permitiu apoiar, por via da ARH do Norte, cerca de 17 intervenções/projectos concretos no valor de 1 400 mil euros<sup>3</sup>. O sucesso desta tarefa, deveu-se, em grande parte, ao trabalho de comunicação junto das entidades e dos sectores envolvidos, procurando-se que ela fosse transparente e coerente para os contribuintes. O regime económico-financeiro dos recursos hídricos,

<sup>1</sup> As ARH foram criadas pela Lei da Água, Lei 53/2005, de 29 de Dezembro, na sequência da transposição para o direito nacional da Directiva Quadro da Água, tendo sido concretizadas pelo Decreto-Lei 208/2007, de 29 de Maio. As ARH tiveram o primeiro orçamento próprio em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2009, ainda que a sua criação esteja formalmente associada à data de 1 de Outubro de 2008.

<sup>2</sup> Brito A.G., *et al*, 2009. As Administrações de Região Hidrográfica. Modelo de Gestão e sua Fundamentação. Ed. MAOTDR., Lisboa, Março de 2009.

<sup>3</sup> O FPRH foi criado pelo Decreto-Lei n.º 172/2009, de 3 de Agosto, em conformidade com o n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de Junho. As intervenções foram efectuadas na área da protecção do litoral, sistematização fluvial, educação activa, reposição da legalidade e apoio ao arranque de projectos estratégicos.

- entre os quais se conta a TRH/FPRH, constituiu, a par da constituição das ARH, o outro pilar fundamental para assegurar a solidez da reforma da água em Portugal;
2. O início dos trabalhos de elaboração dos Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica das Regiões Hidrográficas (abreviado pelo acrónimo PGBH ou PGRH) do Minho-Lima, do Ave-Cávado-Leça e do Douro<sup>4</sup>, o qual deverá definir o programa de medidas para assegurar os desígnios da Directiva Quadro da Água, bem como o arranque formal da elaboração do Plano de Ordenamento de Estuário (POE) do Douro e da revisão do Plano de Ordenamento de Orla Costeira (POOC) Caminha-Espinho, com a publicação do Despacho 21761/2009, de 29 de Setembro e do Despacho nº 2240/2009, de Outubro, respectivamente;
  3. A preparação da *Estratégia para a conservação da natureza e restauro da biodiversidade em articulação com a valorização fluvial para fins energéticos no quadro territorial da ARH do Norte I.P.*, elemento integrador e fonte de coerência da acção da ARH do Norte nestes domínios. Esta estratégia tem sido objecto de discussão pública contínua, foi preparada uma primeira versão em Julho, um segunda em Novembro discutida no III CRH e espera-se ter a terceira versão concluída em Fevereiro, sem prejuízo da sua implementação faseada ter sido prosseguida durante 2009 e de ser revista em 2010 com a sua integração no processo de elaboração dos PGBH<sup>5</sup>;
  4. O desenvolvimento de parcerias institucionais para a acção, merecendo destaque o projecto *Valorização dos Serviços dos Ecossistemas da Região Biogeográfica Atlântica-VERBA* em parceria com cinco municípios<sup>6</sup>, o protocolo com o SEPNA no quadro da fiscalização ambiental, os protocolos estabelecidos com 21 municípios e 2 organizações de agricultores para o apoio à regularização de captações de água, bem como a outorga de compromissos alargados de recuperação fluvial (e.g.: rio Ferreira<sup>7</sup> e rio Leça);
  5. A outorga dos primeiros 14 contratos de concessão de captação de água para abastecimento público<sup>8</sup>, regularizando um conjunto de situações legais indefinidas;
  6. O facto da ARH do Norte I.P. assumir a presidência da Sociedade Polis Litoral Norte - em parceria com o ICNB e as autarquias de Esposende, Caminha e Viana do Castelo – e assim potenciar a sua participação activa na requalificação do Litoral<sup>9</sup>;
  7. A integração, de pleno direito, da ARH do Norte I.P. em diversas instituições internacionais e nacionais: na Rede Internacional de Organismos de Bacia (*International Network Basin*

<sup>4</sup> Após aprovação da candidatura submetida ao QREN/POR/AVQA em Novembro de 2008, efectuou-se a preparação de caderno de encargos e o arranque de diversos procedimentos concursais. Concluiu-se o processo das Questões Significativas de Gestão da Água (QSIGA) em estreita articulação com o INAG, em Julho de 2008 e, conseqüentemente, efectuaram-se sessões de debate público em Tuy, Ponte de Lima, Santo Tirso, Régua e Valladolid, sendo que, excepto a sessão de Santo Tirso, as restantes foram organizadas em conjunto com as Confederações Hidrográficas do Douro e do Miño-Sil, facto manifestamente relevante.

<sup>5</sup> Iniciaram-se vistorias de cariz técnico apoiadas pelo FPRH (vistorias de segurança, caudal ecológico e operacionalidade de passagens para peixes), a outorga do primeiro contrato de concessão em Setembro de 2009 e a publicitação de 10 editais.

<sup>6</sup> Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Ponte de Lima, Viana do Castelo.

<sup>7</sup> Projecto “Corrente Rio Ferreira”, abrangendo os municípios de Paços de Ferreira, Paredes, Valongo e Gondomar.

<sup>8</sup> Captações de Pretarouca, Ferradosa, Olgas, Pinhão Sambade, (ATMAD - Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro), Venda Nova, Andorinhas, Queimadela (Águas do Ave), Areias de Vilar (Águas do Cávado), Douro/Lever (Águas do Douro e Paiva), Ázere Cavada, Valada (Águas do Minho e Lima) e Vascoveiro (Águas do Zêzere e Côa).

<sup>9</sup> No âmbito da Sociedade Polis Litoral Norte lançaram-se 9 concursos para estudos/projectos e promoveu-se o I Encontros do Litoral, sob o tema *Uma nova visão para o Litoral Norte*, 19-20 de Novembro.

*Organisation*), no Conselho Mundial da Água (*World Water Council*) e no apoio ao grupo de trabalho constituído para o arranque da Parceria Portuguesa para a Água, bem como a integração do rio Douro na rede HELP desenvolvida pela UNESCO<sup>10</sup>.

8. O arranque de projectos no domínio da monitorização, conhecimento e sensibilização para a temática de recursos hídricos. No que concerne à monitorização, prepararam-se os cadernos de encargos para o lançamento por concurso público da componente ecológica e físico-química (para os projectos cujo fornecimento se considera disponível no mercado), ainda que em 2009 se tenha recorrido à sua contratualização a instituições de I&D, incluindo para as águas costeiras. No que se refere à melhoria do conhecimento sobre recursos hídricos, é de registar que o conjunto ARH do Norte I.P. e Sociedade Polis Litoral Norte adjudicaram cerca de 15 projectos a instituições de I&D. Por outro lado, a ARH do Norte é, ela própria, membro das equipas de projecto I&D em recursos hídricos, um deles nacional e um outro internacional, ambos aprovados em 2009<sup>11</sup>. Relativamente às acções de consciencialização ambiental, a ARH do Norte lançou dois concursos, um associado ao ano europeu da biodiversidade e direccionado para a comunidade escolar, Prémio Água em Cartaz 2010 e um outro mais ambicioso, Prémio Dr. Francisco da Fonseca Henriques, com diferentes categorias especializadas e apoiado por quatro associações profissionais/técnicas<sup>12</sup>.
9. Numa referência de nível interno à ARH do Norte I.P., deve ser notado o facto de se ter conseguido assegurar - pese embora as sérias dificuldades inerentes ao arranque - o funcionamento e a operacionalidade nos domínios do licenciamento e da fiscalização<sup>13</sup>, num esforço que muito deve à motivação e empenho de todos os seus funcionários administrativos e técnicos. Efectuou-se, ainda, a preparação de projectos no âmbito do QREN (com a aprovação de 1 projecto no final de 2008 e 2 em 2009<sup>14</sup>) e, na vertente da formação em ambiente externo, a ARH do Norte I.P. esteve envolvida em múltiplos workshops/seminários, com uma participação activa em diversos eventos<sup>15</sup>.

<sup>10</sup> A nível internacional, a ARH do Norte esteve presente no 2<sup>nd</sup> *European Water Conference* (Bruxelas, Bélgica) *Meeting on Water Framework Directive – sharing experiences and future expectations* (Estocolmo, Suécia), 5<sup>o</sup> *World Water Forum* (Istambul, Turquia), neste caso também assegurando a co-elaboração do respectivo relato nacional, na 5<sup>a</sup> Assembleia Geral do Conselho Mundial da Água (Marselha, França), bem como no Seminário “L’eau et le méditerrané”, organizado pelo Institute of Economic Prospective of the Meditterrean – IPEMED (Paris, França) e efectuou-se uma deslocação técnica à *Agence de Bassin Seine-Normandie* (Paris, França).

<sup>11</sup> Participação no projecto financiado pelo FP7 designado *Novel Integrated Water Management Systems for Southern European Regions* - NOVIWAM, com cerca de 19 parceiros internacionais (Albânia, Chipre, Espanha e França) e no projecto financiado pela FCT, *Iberian Trans-boundary Water Management (IB-TWM): experiences from the past and approaches for the future*, projecto coordenado pela Universidade de Aveiro.

<sup>12</sup> Ordem dos Engenheiros, Associação Portuguesa de Recursos Hídricos, Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental, Soc. Port. de Simulação Ambiental e Avaliação de Riscos, Associação Portuguesa de Educação Ambiental.

<sup>13</sup> No ano de 2009 foram efectuadas cerca de 1150 acções de licenciamento e 600 acções de fiscalização.

<sup>14</sup> No quadro dos programas QREN em 2009 foi ainda aprovada uma candidatura conjunta das ARH e do IGP para o Sistema de Apoio à Reposição da Legalidade (SIARL), elemento importante para a capacitação informática da ARH. Em termos de propostas ainda em avaliação, efectuaram-se candidaturas de acompanhamento da reabilitação do aterro de Lourosa e da promoção de participação pública na reabilitação da Ribeira de Couros - Guimarães. Em termos negativos, note-se as rejeições da candidatura aos projectos SAMA Nacional (agrupando todas as ARH), ao POFC (redes de nova geração), Riscos Naturais e Antropogénicos (este no POR) por não enquadramento nos respectivos avisos. Uma candidatura INTERREG ao POCTEP por parte da CCDR-N, com uma componente associada ao observatório de recursos hídricos no rio Douro (focada nos rios Sabor e Côa) foi também aprovada, sendo a ARH do Norte I.P. o parceiro institucional da CCDR-N para esse projecto, que se espera desenvolver em 2010.

<sup>15</sup> Neste aspecto, a ARH do Norte esteve presente em cerca de 12 seminários sobre a gestão de recursos hídricos, destacando-se a presença no IX SILUSBA (Benguela, Angola) e o 6.º Congresso Ibérico sobre a Gestão e Planeamento da Água (Vitoria-Gasteiz, Espanha).

10. Por último, mas não o último, deve ser dada uma nota do esforço que todas as ARH partilharam entre si e com o Gabinete da tutela para se consolidar uma visão, uma sinergia e uma inter-coordenação. Essa rotina foi consagrada, ao longo de 2009, numa reunião mensal (11 reuniões em 2009) e constituiu, secundariamente, um elemento essencial de articulação e estratégia comum, num modelo colaborativo que já se tinha constituído no regime de instalação das ARH.

Em 2009 merece, ainda, registo a realização, tal como planeado, de três Conselhos de Região Hidrográfica (21 de Janeiro, em Lamego, 15 de Julho, no Porto e 10 de Dezembro, em Ponte de Lima), e no qual se releva a participação de representantes das *Confederações Hidrográficas do Duero* e do *Miño-Sil*, uma dos meios adoptados para o processo de diálogo com as autoridades competentes de Espanha nas bacias hidrográficas de rios transfronteiriços com elas partilhados. Finalmente, note-se a participação da ARH do Norte I.P. em diversos órgãos consultivos regionais (Conselho Intersectorial Consultivo da Região Norte, promovido pela CCDR-N, Centro de Excelência de Educação, promovido pela ESBUC), bem com a sua estreita articulação com a CCDR-N em diversas matérias, designadamente na elaboração da Agenda do Ambiente.

Os principais **problemas** no arranque da ARH do Norte I.P. residiram, essencialmente, numa insuficiente capacitação interna a 3 níveis, i) recursos humanos, ii) sistemas de informação e iii) instalações:

i) No que se refere à escassez de recursos humanos em áreas nucleares dos departamentos, esta resultou, em parte, da não transição, em 2008, de pessoal essencial nas áreas da gestão financeira, recursos humanos e informática e do não desempenho dos serviços existentes na Região de responsabilidades agora cometida à ARH do Norte (e.g.: planeamento, monitorização ecológica, aplicação do regime económico-financeiro, elaboração de projecto/candidaturas temáticas). A ausência de renovação de recursos humanos tem originado dificuldades, ainda que o *outsourcing* seja a estratégia chave da ARH do Norte para o reforço da sua capacidade operacional em áreas não nucleares (estimulando a consolidação do tecido empresarial e o emprego). Contudo, as dificuldades orçamentais e a adaptação ao novo código de contratação pública retardaram alguns processos de contratação e prejudicaram uma colmatação mais célere das deficiências identificadas;

ii) As tecnologias de informação e comunicação na ARH do Norte I.P. são, reconhecidamente, incipientes, quando não inexistentes<sup>16</sup>. A deficiente rede de dados e comunicações estende-se a problemas de gestão documental e de arquivo (a qual se traduz pela arcaica materialização de processos). Esta situação é, de facto, o oposto de uma administração moderna e eficiente;

iii) Em termos de instalações, a sede da ARH do Norte I.P. no Porto, na rua Formosa, demonstra a necessidade de ser integralmente remodeladas para fazer face às novas exigências funcionais, além das questões de (in)segurança. Essa requalificação será um objectivo central a prosseguir em 2010. Registe-se, em paralelo, o atraso no previsto arranque de Gabinetes da ARH do Norte I.P. em resultado da insuficiência

---

<sup>16</sup> Conquanto já se tenha começado a desenvolver, desde o último trimestre de 2009, a construção do Sistema de Informação e Apoio à Decisão (SIAD).



de recursos humanos e financeiros, problema em parte atenuado pelo apoio dos municípios de Lamego, Mirandela e Viana do Castelo e que apenas permitirá a abertura desses Gabinetes no início de 2010.

## 2. VISÃO E ESTRATÉGIA

### A Nossa Visão

A ARH do Norte I.P. quer ser considerada como o parceiro indispensável para a gestão integrada dos recursos hídricos, numa perspectiva de sustentabilidade social, económica e ambiental no território em que se insere. Nesse quadro, pretende concretizar a sua visão através das suas competências, melhores práticas e conhecimentos, para, desta forma, se posicionar como o catalisador económico ao nível regional e ser reconhecidos pela capacidade de envolver as partes interessadas e contribuintes.

Garantiremos a eficiência dos processos organizacionais internos, a eficácia na administração das bacias hidrográficas, incluindo as águas costeiras, e dos sistemas aquíferos, assim como um desempenho económico-financeiro rigoroso. Esta visão continua a querer cumprir a ambição da ARH do Norte I.P. vir a ser um dos dez melhores organismos de bacia hidrográfica, tal como já referido no Plano de Actividades 2009.

### Os Nossos Valores

Os valores da ARH do Norte I.P. são os princípios fundamentais de ética e conduta que orienta o seu comportamento e acções, descrevendo e suportando a sua missão.



## **A Nossa Missão**

A ARH do Norte, I.P. tem por missão a protecção das componentes ambientais das águas e a valorização dos recursos hídricos na sua área de jurisdição gerindo, de forma integrada as águas subterrâneas e as águas superficiais – costeiras, de transição e interiores. Nesse sentido, cumpre as opções programáticas do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, associadas ao objectivo de proteger, ou recuperar, o bom estado das águas e de potenciar o uso dos recursos hídricos para o desenvolvimento regional e nacional.

## **As Nossas Atribuições e Competências**

O regime jurídico, natureza, missão e atribuições, jurisdição territorial e sede da ARH do Norte I. P., constam do Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, sendo que foi constituída, a exemplo das restantes, como instituto público dotado de autonomia financeira e administrativa e de património próprio. A Portaria nº 394/2008, de 5 de Junho, apresenta os Estatutos da ARH do Norte, I.P. A ARH do Norte, I.P., possui as seguintes atribuições:

- a) Elaborar e executar os Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica para as regiões hidrográficas do Minho-Lima, Ave-Cávado-Leça e Douro e os Planos Específicos de Gestão das Águas e definir e aplicar os programas de medidas;
- b) Decidir sobre a emissão e emitir os títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação;
- c) Realizar a análise das características nas respectivas regiões hidrográficas e das incidências das actividades humanas sobre o estado das águas, bem como a análise económica das utilizações das águas, e promover a requalificação dos recursos hídricos e a sistematização fluvial;
- d) Elaborar a revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha-Espinho e os Planos de Ordenamento dos Estuários na área da sua jurisdição, designadamente do Douro, assim como colaborar na elaboração dos Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas;
- e) Estabelecer a rede de monitorização da qualidade das massas de água e aplicar o respectivo programa de monitorização;
- f) Aplicar o regime económico e financeiro nas bacias hidrográficas na sua área de jurisdição, fixar por estimativa o valor económico da utilização sem título, pronunciar-se sobre os montantes dos componentes da taxa de recursos hídricos, arrecadar as taxas e aplicar a parte que lhe cabe na gestão das águas;
- g) Elaborar o registo das zonas protegidas e identificar as zonas de captação destinadas a água para consumo humano;
- h) Prosseguir as demais atribuições referidas na Lei da Água e respectiva legislação complementar.

As competências funcionais da ARH do Norte, I.P. estão esquematizadas na Figura I.

Fig. I - Competências da ARH do Norte, I.P.

Planeamento e ordenamento do domínio hídrico	Licenciamento, Fiscalização e Gestão de Infra-estruturas	Protecção e valorização dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados	Conhecimento, Monitorização e Comunicação
A elaboração de instrumentos de gestão de recursos hídricos, dos instrumentos de gestão territorial conexos e a aplicação dos programa de medidas	A emissão de títulos de utilização de recursos hídricos, bem como a fiscalização da sua aplicação e a avaliação das incidências das actividades humanas sobre o estado das águas	A requalificação dos recursos hídricos, a sistematização fluvial e a protecção da zona costeira e dos estuários, a mitigação de riscos e a avaliação económica da utilização dos recursos hídricos	A gestão do sistema de informação e apoio à decisão, incluindo o conhecimento da qualidade e da quantidade da água

### Âmbito de Jurisdição da ARH do Norte, I.P.

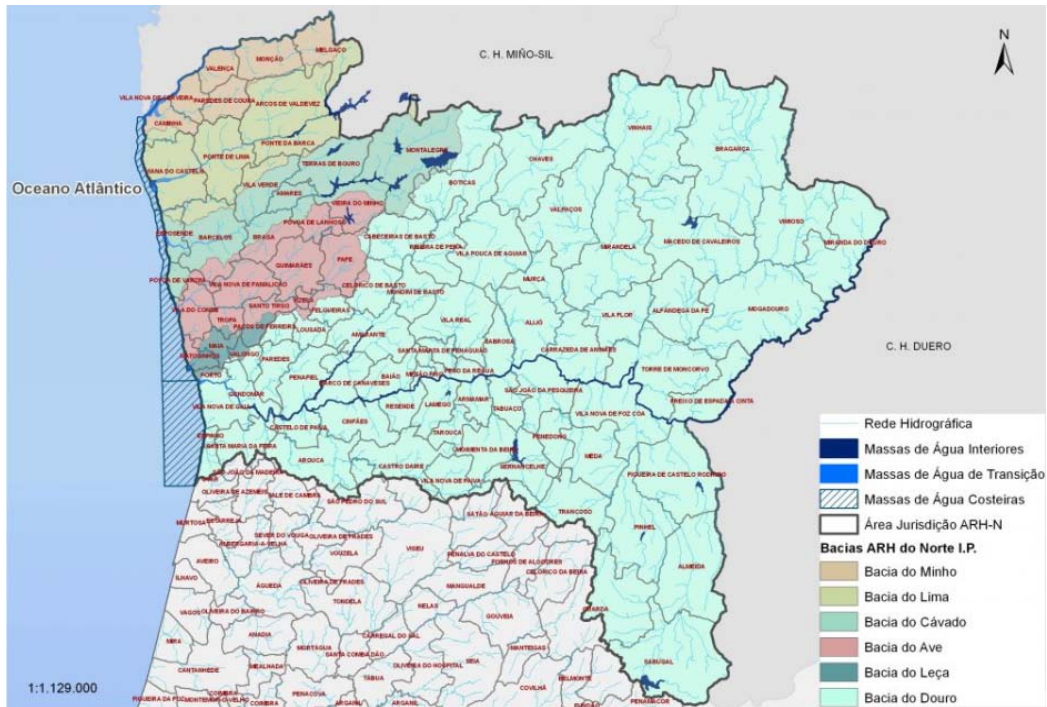
Os Recursos Hídricos sobre a gestão da ARH do Norte, I.P. distribuem-se por três regiões hidrográficas, com a seguinte designação na Lei da Água:

- **RH1 (Minho e Lima)**, que compreende as bacias hidrográficas dos rios Minho e Lima e os respectivos estuários (águas de transição) e as ribeiras de costa entre os estuários, incluindo as áreas subterrâneas e as águas costeiras adjacentes;
- **RH2 (Cávado, Ave e Leça)**, que compreende as bacias hidrográficas dos rios Cávado, Ave e Leça e as bacias hidrográficas e as ribeiras de costa entre os estuários, incluindo as respectivas águas subterrâneas e as águas costeiras adjacentes;
- **RH3 (Douro)**, que compreende a bacia hidrográfica do rio Douro e outras ribeiras adjacentes, incluindo as respectivas águas subterrâneas e as águas costeiras adjacentes.

A Figura II representa, de forma cartográfica, as regiões hidrográficas referenciadas, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 347/2007, de 19 de Outubro, que procedeu à sua delimitação<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> Um acordo de delegação de competências foi estabelecido entre a ARH do Norte I.P. e a ARH do Centro I.P. para a gestão da área designada por Barrinha do Esmoriz/Lagoa de Paramos.

Fig. II - Área de intervenção geográfica da ARH do Norte, I.P.



### 3. ORIENTAÇÕES E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

#### Enquadramento

As orientações estratégicas suportadas pela ARH do Norte, I.P. estão alinhadas com as do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território conforme consagrado, no essencial, na Lei da Água. O seu traçado está em consonância com os objectivos gerais do Plano Nacional da Água e, em complemento, procuram articular-se com um conjunto de planos/estratégias sectoriais com implicações directas (e.g.: Plano Estratégico de Sistemas de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEASAAR II), Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água, Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais (ENEAPAI), Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC), Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM), PNAC, Planos Regionais de Ordenamento do Território da Região Norte e da Região Centro) ou indirectas (e.g: Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDES), Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNOPOT), Plano Tecnológico).



A nível local, os instrumentos de gestão territorial, designadamente os planos municipais de ordenamento do território e outras iniciativas de valorização ambiental (designadamente intervenções de requalificação e ordenamento no litoral) são elementos contributivos para a consecução das linhas estratégicas da ARH do Norte, I.P.

Este conjunto de orientações promove uma integração das componentes de qualidade e quantidade subjacentes à conectividade dos ciclos naturais e construídos da água numa base de conhecimento multidisciplinar (e.g.: engenharia, ciências exactas e naturais, ciências humanas e sociais). Apenas nestes termos a ARH do Norte, I.P. poderá fazer valer o seu conhecimento profissional para satisfazer os seus beneficiários e utentes - cidadãos, entidades públicas e privadas - nas três Regiões Hidrográficas em que exerce as suas atribuições, bem como se poderá afirmar a nível nacional ou internacional, designadamente na gestão das bacias internacionais do Minho-Lima e do Douro, um aspecto estratégico para os próximos anos.

Esta capacidade técnica especializada da ARH do Norte, I.P. deve ser concretizada em serviços e produtos, nomeadamente na emissão de pareceres/peritagens e vistorias, no acompanhamento, coordenação ou elaboração de estudos/projectos, na avaliação e execução de procedimentos administrativos (licenças, concursos, etc.), na execução e gestão de infra-estruturas e aproveitamentos hidráulicos, nos sistemas de informação e monitorização, bem como na comunicação e cedência de informação especializada nos formatos mais apropriados.

## **Orientações Estratégicas**

As orientações gerais de estratégia da ARH do Norte I.P. no domínio do planeamento e gestão dos recursos hídricos são as seguintes:

- Proteger a qualidade das massas de água superficiais (costeiras, estuarinas e interiores) e subterrâneas, visando a sua conservação ou melhoria, bem como garantir a protecção das origens de água e dos ecossistemas de especial interesse, incluindo a manutenção de um regime de caudais ambientais e, em particular, de caudais ecológicos;
- Assegurar a quantidade de água para os usos e promover e incentivar o uso eficiente do recurso, contribuindo para melhorar a oferta e para gerir a procura, incluindo a promoção de utilizações de água com fins múltiplos e a minimização dos conflitos de usos;
- Assegurar o planeamento e gestão integrada dos recursos hídricos na áreas litoral e interior, fomentando o ordenamento dos usos e ocupações do domínio hídrico, articulando o planeamento e ordenamento do domínio hídrico com o ordenamento do território, promovendo o licenciamento e controlo dos usos do domínio hídrico e a valorização económica dos recursos compatíveis com a preservação dos meios hídricos;

- Prevenir e minorar riscos naturais e antropogénicos associados a fenómenos hidrológicos extremos e a acidentes de poluição e minimizar as situações de risco de poluição accidental e monitorizar as substâncias perigosas e prioritárias;
- Promover a sustentabilidade económica e financeira, visando a aplicação dos princípios do utilizador-pagador e poluidor-pagador, permitindo suportar uma política de gestão da procura com base em critérios de racionalidade e equidade e assegurando que a gestão do recurso é sustentável em termos económicos e financeiros;
- Promover a informação e participação do cidadão nas diversas vertentes do planeamento e da gestão dos recursos hídricos e assegurar a disponibilização de informação ao público e a dinamização da participação nas decisões;
- Aprofundar o conhecimento técnico e científico sobre os recursos hídricos e promover a implementação de redes de monitorização de variáveis hidrológicas e de qualidade física, química e ecológica da água, desenvolvendo um sistema de informação relativo ao estado e utilizações do domínio hídrico.

## Objectivos Estratégicos

Os objectivos estratégicos concretizam a missão que da ARH do Norte, I.P. enquadrada pelo *Carta de Missão* do Presidente e o *Quadro de Avaliação e Responsabilização* (QUAR), ambos aprovados em Dezembro de 2008. As orientações estratégicas da ARH do Norte, I.P. também resultam dos problemas específicos identificados no âmbito das Regiões Hidrográficas sobre as quais possui jurisdição. Nesta base, os objectivos estratégicos, plurianuais (2008-2011), da ARH do Norte, I.P são os indicados na Figura III.

Fig. III - Objectivos estratégicos (OE) para a ARH do Norte, I.P.

Designação	
OE 1	Promover a protecção e a recuperação do bom estado de qualidade das massas de água
OE 2	Incrementar o valor dos recursos hídricos
OE 3	Aumentar a eficácia na prevenção e na minimização de riscos
OE 4	Melhorar o conhecimento e a informação sobre sistemas hídricos
OE 5	Garantir a participação pública e assegurar o envolvimento das instituições e cidadãos

## Objectivos Operacionais

Os objectivos operacionais associados ao cumprimento dos objectivos estratégicos são apresentados na Figura III, sendo a sua identificação sistematizada em consonância com o *Quadro de Avaliação e Responsabilização*. Adoptaram-se 3 tipos de objectivos operacionais, que servem como parâmetros de avaliação:

- a) “Objectivos de eficácia”, entendida como medida em que um serviço atinge os seus objectivos e obtém ou ultrapassa os resultados esperados;
- b) “Objectivos de eficiência”, enquanto relação entre os bens produzidos e serviços prestados e os recursos utilizados;
- c) “Objectivos de qualidade”, traduzida como o conjunto de propriedades e características de bens ou serviços, que lhes conferem aptidão para satisfazer necessidades explícitas ou implícitas dos utilizadores.

Na Figura IV são apresentados os objectivos operacionais (OP) da ARH do Norte, I.P. e os objectivos de gestão de recursos humanos, financeiros e materiais (OG).

Fig. IVa - Objectivos operacionais (OP) da ARH do Norte, I.P.

	Designação	Tipologia
OP 1	Promover o processo de planeamento de recursos hídricos	Eficácia
OP 2	Desenvolver o sistema de informação regional	Eficácia
OP 3	Garantir a sustentabilidade económica e financeira do serviço	Eficácia
OP 4	Optimizar os tempos de resposta dos serviços prestados	Eficiência
OP 5	Melhorar o desempenho do serviço na área da fiscalização	Eficiência
OP 6	Promover a formação e a qualificação dos técnicos do serviço	Qualidade

Fig. IVb - Objectivos de gestão (OG) da ARH do Norte, I.P.

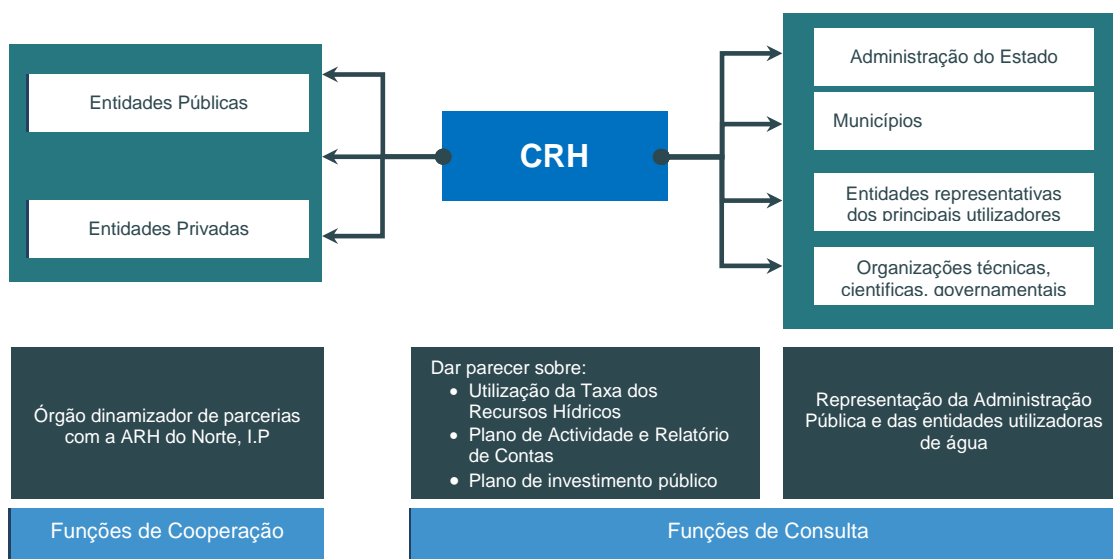
	Designação
OG 1	Assegurar a sustentabilidade do funcionamento do serviço
OG 2	Garantir o cumprimento do prazo de pagamento a fornecedores
OG 3	Aplicar o sistema de avaliação e promoção do desempenho

## 4. RELACIONAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS

### Conselho da Região Hidrográfica

O Conselho de Região Hidrográfica (CRH), é a entidade consultiva da ARH do Norte, I.P., estando nele representados organismos da Administração Pública e entidades representativas dos principais usos dos recursos hídricos, assim como de organizações técnicas, científicas e não governamentais. A Figura V apresenta o seu modelo de articulação, assente nas suas funções e composição.

Fig. V – Modelo de articulação do CRH



A principal responsabilidade do CRH centra-se na *reflexão estratégica* sobre a gestão de recursos hídricos no quadro da ARH do Norte, I.P. Em termos abreviados, o mandato do CRH é o seguinte:

- a. Acompanhar a elaboração do plano de gestão da bacia hidrográfica, os planos específicos de ordenamento do território conexos com os recursos hídricos - plano de ordenamento da orla costeira e plano de ordenamento de estuários - e os planos específicos de gestão de águas;
- b. Formular ou apreciar a proposta de objectivos de qualidade da água, apreciar as medidas a tomar contra a poluição, pronunciar-se questões relativas à repartição das águas e dar parecer sobre a proposta de taxas de recursos hídricos;
- c. Dar parecer sobre o plano de actividades e o relatório e contas da ARH, dar parecer sobre os planos de investimento públicos a realizar no âmbito da respectiva região hidrográfica e formular propostas de interesse geral para uma ou mais bacias da região hidrográfica;



- d. Dar parecer sobre outros programas e medidas que o Presidente da ARH submeta à sua apreciação;

A composição do CRH é apresentada, de forma esquemática, na Figura VII - CRH: representantes da Administração do Estado e representantes não ligados à Administração Central do Estado.

Fig. VII-a – CRH: representantes da Administração do Estado

Instituto de Água	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	Agência Portuguesa do Ambiente
Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos	Direcção Geral de Energia e Geologia	Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Direcção Geral dos Recursos Florestais	Direcção Geral das Pescas e Aquicultura	Direcção Geral das Actividades Económicas	Direcção Geral de Saúde
Comando da Zona Marítima do Norte	Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos	Instituto de Turismo de Portugal	Autoridade Nacional de Protecção Civil

Fig. VII-b – CRH: representantes não ligados à Administração Central do Estado

Município do Porto	Associações Industriais	Administração dos Portos do Douro e Leixões	Associação Portuguesa de Recursos Hídricos – APRH
Município de Viana do Castelo	Ordens Profissionais de relevo na área do ambiente e recursos hídricos (2 paxs)	Associação de Utilizadores de Recursos Hídricos	Associações científicas e técnicas na área do ambiente e recursos hídricos (2 paxs)
Município de Esposende	Indústrias do sector agro-industriais e agro-pecuários	Associação de Agricultores	Organizações não governamentais de ambiente e dos recursos hídricos (2 paxs)
Município de Guimarães	Instituições de ensino superior, investigação, desenvolvimento e inovação (2 paxs)	Associação de Pescas e Aquicultura	Entidade gestoras de serviços de águas concessionados com capital maioritariamente privado
Município do Peso da Régua	Produtores de energia eléctrica (2 paxs)	Associação de Actividades Turísticas	Entidade gestora de serviços de água de nível Multimunicipal
Município de Matosinhos	5 Individualidades de reconhecido mérito, prestígio académico ou profissional <sup>18</sup>	Associações de Regantes	Entidade Gestoras de Serviço de Água de Nível Municipal

<sup>18</sup> As cinco personalidades de reconhecido mérito presentes no CRH são o Dr. Francisco Olazabal (empresário na área vitivinícola), Prof. Joaquim Poças Martins (docente e consultor da Águas do Porto), Eng. Ricardo Magalhães (chefe de missão do Douro, CCDRN), Prof. Veloso Gomes (FEUP) e Eng. Guedes Marques (membro da Autoridade de gestão do QREN, CCDRN), este último assumindo o cargo de Secretário-geral por proposta do Presidente da ARH do Norte I.P. e convite do então Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Prof. Francisco Nunes Correia..

O CRH tem tido a presença continuada de membros da direcção da ARH do Norte<sup>19</sup>, assim como de colegas da ARH do Centro I.P. e da ARH do Tejo I.P., cujos presidentes são membros natos do CRH com a possibilidade de se fazerem representar<sup>20</sup>. Julgou-se também importante contar para a discussão no seio do CRH com um conjunto de personalidades e entidades externas<sup>21</sup>, algumas delas ligadas ao foro académico, eventualmente com tarefas de coordenação em comissões científicas de acompanhamento<sup>22</sup>. Adicionalmente, têm sido sempre convidados para estarem presentes os presidentes das Confederações Hidrográficas do Duero e do Miño-Sil, dessa forma contribuindo para uma convergência para a gestão integrada dessas bacias transfronteiriças<sup>23</sup>. Em 2010, esta estratégia de envolvimento e participação das partes interessadas e dos contribuintes para a gestão da água na Região será prosseguida.

## Parcerias e Compromissos com as Partes Interessadas

As parcerias são essenciais para o modelo de governação dos recursos hídricos percepcionado pela ARH do Norte I.P. Essa é a estratégia certa para fazer melhor na promoção do desenvolvimento e na geração de riqueza, em sinergia. A Figura VIII apresenta a orientação de compromisso com as partes interessadas na gestão da água no quadro da ARH do Norte I.P.

Fig. VIII - Descrição dos compromissos com as partes e agentes interessados

<b>Cientes - cidadãos e ecossistemas</b>	<p><i>Implementar as acções inscritas no programa de actividades em termos de regulação ambiental, recuperação de ecossistemas, melhoria da qualidade da água e valorização dos recursos hídricos</i></p> <p><i>Implementar processos de melhoria contínua e incentivar a utilização dos melhores sistemas e tecnologias para assegurar o conhecimento, apoiar a decisão e conferir excelência ao desempenho</i></p> <p><i>Procurar a melhor relação custo-eficácia e custo-benefício na utilização dos recursos públicos</i></p>
<b>Fornecedores</b>	<p><i>Contratar serviços externos para o cumprimento de actividades bem definidas</i></p> <p><i>Procurar o cumprimento de prazos e assegurar a transparência da administração pública</i></p>
<b>Comunidade</b>	<p><i>Encorajar a melhoria do modelo de governação procurando abrir à comunidade o processo de construção e implementação de projectos e acções, dando conhecimento do grau de implementação das sugestões efectuadas nos processos de discussão pública</i></p> <p><i>Cumprir uma informação rigorosa mas acessível e uma cultura de serviço baseada na aproximação da administração aos utilizadores e simplificar procedimentos</i></p>

<sup>19</sup> Estiveram presentes, por parte da ARH do Norte I.P., o Eng.º Arnaldo Machado, Eng.º Carvalho Moreira, Dra. Inês Andrade, Eng.º Joaquim Braga, Eng. Lurdes Resende, Dra. Maria do Rosário Norton, Dra. Maria José Moura, Eng.º Pimenta Machado, Eng. Silva Carvalho e Eng.º Jorge Costa (destacamento por acordo com a CCDRN).

<sup>20</sup> Como representantes da ARH do Centro I.P., além da Presidente, Prof. Teresa Fidelis, o Vice-presidente, Dr. José Serrano, assim como Eng.ª Celina, e por parte da ARH do Tejo I.P., o Presidente, Eng. Manuel Lacerda, e o Dr. Carlos Cupeto e a Eng.ª Isabel Guilherme.

<sup>21</sup> Em 2009, foram convidados Eng.º Carlos Duarte (Vogal da Comissão Directiva ON.2), Major Andrade e Sousa (SEPNA - GNR), Sr. Manuel Carlos Fernandes (Associação Nacional dos Proprietários de Poços e Furos), Eng.º Rogério Rodrigues (Autoridade Florestal Nacional), Eng.ª Helena Teles (Estrutura de Missão Douro), Eng.ª Carina Arranja (Fenareg). Eng.º Manuel José Coutinho (Câmara de Lamego), Dra. Joana Felício (Câmara Municipal de Matosinhos),

<sup>22</sup> Prof. Bordalo e Sá (ICBAS), Prof. José Vieira (Univ. do Minho), Prof. Rodrigo Maia (FEUP), Eng.º Vitorino Beleza (ex-docente ISEP),

<sup>23</sup> D. Francisco Fernández Liñares (Presidente da Confederación Hidrográfica del Miño-Sil), bem como D. Jose Alvarez Díazpo, D. Emilio Esteban Rodriguez Merino e D. José Alonso Seijas por parte desta Confederação hidrográfica e D. Victor Manuel Arqued Esquia por parte da Confederación Hidrográfica del Duero (Director da Oficina de Planeamento) e D. Xavier Pereira..

---

<b>Colaboradores</b>	<i>Promover a formação, melhorar a qualificação, motivar e reconhecer o mérito no quadro da implementação do SIADAP</i>
<b>CRH</b>	<i>Melhorar a organização, incentivar a intervenção e corresponder às suas orientações estratégicas, reforçando a intervenção dos seus membros natos e convidados nacionais e internacionais</i>
<b>Parcerias</b>	<i>Estimular o desenvolvimento e a contratualização de parcerias para a acção Incentivar os utilizadores para a co-responsabilização na gestão do recurso</i>

---

## 5. RECURSOS

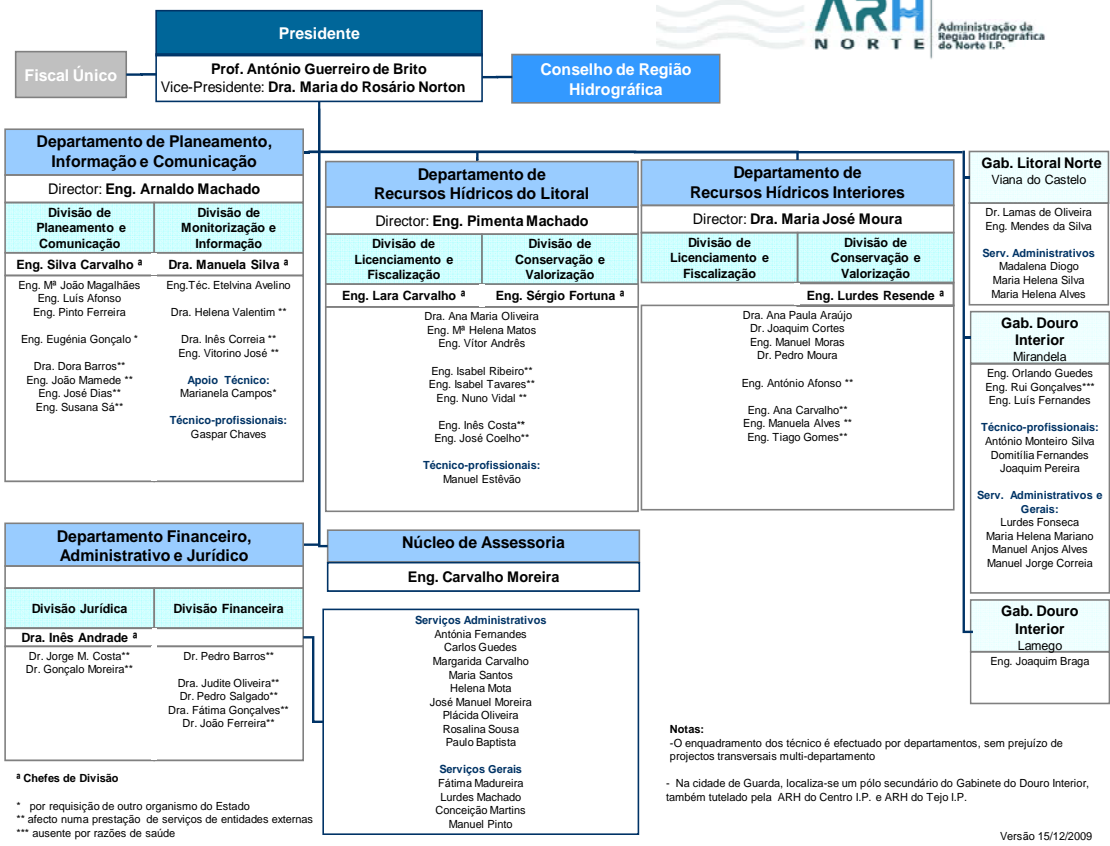
### Recursos Humanos

O esquema funcional da ARH do Norte I.P., à data de 20 de Dezembro p.p, é apresentado na Figura VIII - Estrutura organizativa. Conforme á dado verificar, a ARH do Norte, I.P. integra 55 funcionários no seu quadro<sup>24</sup>, sendo 30 deles técnicos superiores, a que crescem outros 4 técnicos destacados por entidades públicas. Adicionalmente, em resultado dos serviços especializados prestados por diversas entidades, a ARH do Norte I.P. acolhe nas suas instalações, em regra, entre 10 a 20 técnicos superiores. Este valor é, de facto, elevado, contudo reflecte o aumento das responsabilidades e as actuais tarefas da ARH do Norte I.P.

Fig. VIII - Estrutura organizativa da ARH do Norte, I.P.: Organograma e recursos humanos

---

<sup>24</sup> Contando com um técnico requisitado ao Ministério da Educação.



## Recursos Financeiros

Em termos gerais, a capacidade financeira da ARH do Norte, I.P. tem por objectivo suportar investimento público e privado associado ao desiderato central de proteger, ou recuperar, o bom estado de qualidade das águas na sua área de intervenção. Assim, as receitas da ARH do Norte, I.P. provêm de dotações atribuídas no Orçamento do Estado e, sobretudo, das receitas próprias<sup>25</sup>, as quais resultam do seguinte:

- i) Taxa de recursos hídricos (TRH) decorrente da aplicação do regime económico e financeiro. Relativamente à distribuição da colecta efectuado no quadro territorial da ARH do Norte I.P., cerca de 40% do valor cobrado reverte para a ARH e 10% é cedido ao INAG, mas espera-se que uma parcela significativa dos 50% afectos ao Fundo de Protecção de Recursos Hídricos (FPRH) seja afectada a investimentos regionais em parceria com as entidades locais e regionais<sup>26</sup>;

<sup>25</sup> As receitas próprias da ARH do Norte I.P. devem, nos termos legais, cobrir, pelo menos, dois terços das respectivas despesas totais, com exclusão das despesas co-financiadas pelo orçamento da União Europeia.

<sup>26</sup> Em termos legais e conceptuais, a ARH do Norte I.P. também pode desenvolver uma colecta resultante da aplicação do plano de gestão de bacias hidrográficas, da aplicação dos planos específicos de gestão das águas e de medidas estabelecidas para a protecção e valorização dos recursos hídricos, se bem que estas possibilidades ainda não estejam desenvolvidas.

- j) Cobrança de coimas, taxas e serviços resultantes de actividades de licenciamento, autorização, emissão de pareceres;
- k) Cobrança de estudos, trabalhos e serviços especializados (incluindo análises laboratoriais), bem como produto resultante da edição e distribuição de publicações e materiais de informação e comunicação.

O quadro de planeamento e controlo financeiro para 2010 é apresentado na Figura IX, sendo a estimativa orçamental de funcionamento para 2010 (ainda não ratificada e incluindo as cativações que vierem a ser determinadas) apresentado na Figura X.

Fig. IX - Quadro de Planeamento e Controlo Financeiro 2010

Fontes de Financiamento	Orçamento 2010
Receitas Gerais – O.E.	599.764 €
Receitas Próprias	3.375.738 €
<b>Total Orçamento de Funcionamento</b>	<b>3.975.502 €</b>
Receitas Gerais – O.E.	823.123 €
U.E. – FEDER	3.128.009 €
U.E. – FC	26.099 €
Transferências da AP – Subsector	943.329 €
Transferências da AP - Outros	1.500 €
<b>Total Orçamento de Investimento</b>	<b>4.922.060 €</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8.567.798 €</b>

Fig. X - Proposta de Orçamento de Funcionamento da ARH do Norte, I.P. para 2010

<b>Orçamento de Funcionamento</b>	<b>Total 2010</b>	<b>%</b>
Despesas com pessoal	1.970.903 €	53,6%
Aquisição de bens	168.900 €	4,6%
Aquisição de serviços	1.244.867 €	33,9%
Outras despesas correntes	113.868 €	3,1%
Aquisição de bens de capital	177.200 €	4,8%
Outras despesas de capital	0 €	0,0%
<b>Total das Despesas de Funcionamento</b>	<b>3.675.738 €</b>	<b>100%</b>
Receitas Gerais – O.E.	300.000 €	8,2%
Receitas Próprias	3.375.738 €	91,8%
<b>Total das Receitas de Funcionamento</b>	<b>3.675.738 €</b>	<b>100%</b>

No montante estimado do **Orçamento de Funcionamento** de 3.675.738,00€, a capacidade de auto-financiamento da ARH do Norte atinge, através das suas receitas próprias, 92% do seu montante. O Estado apenas assegura um montante de 300.000,00€, para o funcionamento, ou seja, os restantes 8% do montante global.

Relativamente às despesas com pessoal, o apuramento da estimativa global das despesas tem por base as remunerações e abonos dos trabalhadores actualmente em funções, assim como os encargos futuros com alguns lugares previstos no Mapa de Pessoal e ainda não preenchidos. O montante previsto inclui, ainda, a afectação de 2,5% ao montante total da despesa orçamentada, nos termos da circular nº 1354/DGO. O financiamento próprio da ARH do Norte I.P. assegura cerca de 10 meses de remunerações e abonos, contemplando todos os encargos com os subsídios de férias e de Natal, bem como as provisões para alterações de posicionamento remuneratório obrigatórias (2.165,00 €) e facultativas (10.628,00€). As transferências correntes nos termos legais para os Serviços Sociais da Administração Pública foram calculadas com base na fórmula indicada no Despacho n.º 32762-R/2008, de 7 de Fevereiro, considerando 44 trabalhadores beneficiários. As outras despesas correntes incluem a afectação de 2,5% ao total da despesa orçamentada na fonte de financiamento 510, nos termos da circular nº 1354/DGO (reserva). Para as despesas com o funcionamento corrente e desenvolvimento das actividades da ARH do Norte, I.P., estima-se uma despesa global aproximado de 1.400.000€, incluindo neste montante estudos, pareceres, projectos e consultadoria, outros trabalhos especializados e serviços de natureza informática, considerando ainda a contratação de serviços externos seguindo a orientação da Lei-Quadro dos Institutos Públicos. Contudo, estas rubricas estarão sujeitas a cativações na ordem dos 25% a 40%, pelo que a dotação disponível será inferior a este montante em sensivelmente 200.000€. Nas transferências correntes prevêem-se 3.000,00€ referentes à participação da ARH do Norte, I.P. em organismos de referência na área dos recursos hídricos, nomeadamente no *World Water Council* e na *International Network of Basin Organizations*.

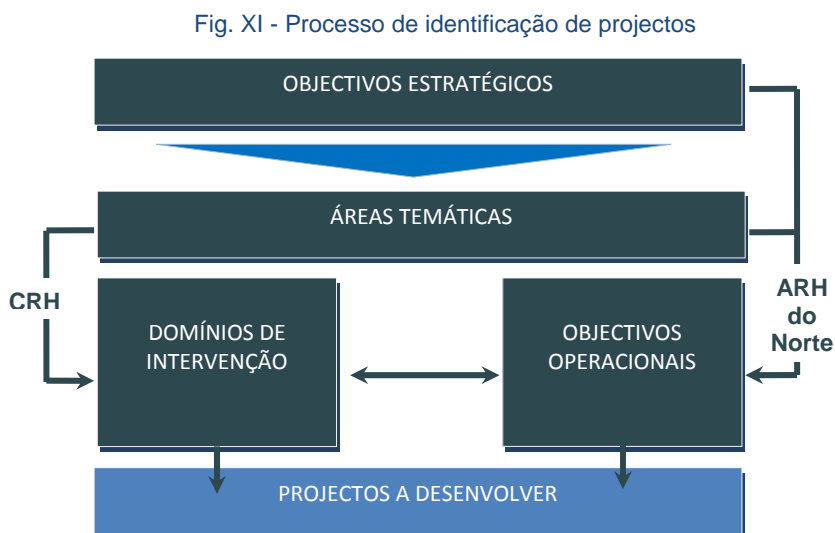


O **Orçamento da Receita** da ARH do Norte, I.P. é constituído pelo auto-financiamento por receitas próprias fontes e por financiamento de receitas gerais não afectas a projectos co-financiados (transferência de orçamento de estado). Reconhece-se que o aumento da receita prevista em 2010 advém de objectivos ambiciosos e essa evolução é, em si mesmo, um primeiro desafio colocado à capacidade da ARH do Norte, porque a capacidade de colectar receita é um valioso indicador sobre a forma como os contribuintes se revêem na administração de recursos hídricos. Em termos globais, a estimativa de receitas próprias considerada no orçamento de 2010 representa um acréscimo global de 120% relativamente ao valor apurado em 2009. Este aumento é justificado, em grande parte, pelo aumento do período de incidência da TRH, estimando-se uma cobrança na ordem dos 2,4 M€ (ou seja, um acréscimo de 98% relativamente ao orçamento de 2009), a par dos juros de mora associados à cobrança da TRH. O montante orçamentado na venda de bens refere-se, em particular, a pareceres e valores associados a procedimentos concursais. As dotações orçamentadas na prestação de serviços correntes advêm, essencialmente, da emissão de pareceres e estudos ambientais no âmbito da utilização dos recursos hídricos e, residualmente, de análises laboratoriais a realizar pelos serviços de laboratório. O montante previsto em multas e outras penalidades provém, em parte, de trabalho efectuado em 2009 com a aplicação de coimas com processos já decididos judicialmente. Na previsão de receita de 2010, a fonte de financiamento de Receitas Gerais não afectas a projectos co-financiados, atribuída pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território é, apenas, 300.000,00€, valor que constitui um decréscimo de 50% relativamente ao valor atribuído em 2009.

## 6. O QUE VAMOS FAZER

### Introdução e objectivos

Ao longo de 2009, a ARH do Norte, I.P. dinamizou um processo de reflexão estratégica com os diferentes parceiros estratégicos com interesses no planeamento e gestão dos recursos hídricos. Assim, para melhor endereçar esses desafios, a ARH Norte, I.P., promoveu uma primeira reunião de reflexão dinâmica em sede do II Conselho de Região Hidrográfica (CRH), que teve como objectivo uma convergência sobre projectos estruturantes para a Região. Para esta reflexão, a ARH do Norte, I.P. definiu um conjunto de áreas temáticas de acordo com os objectivos estratégicos, como base para a discussão de iniciativas relevantes, conforme ilustra a Fig. XI – Processo de identificação de projectos.



No II CRH identificaram-se projectos e domínios de intervenção que foram classificados quanto ao potencial efeito nos Objectivos Estratégicos da ARH do Norte, I.P e classificaram-se quanto à sua abrangência, risco e valor. O documento resultante do II CRH encontra-se disponível no website [www.arhnorte.pt](http://www.arhnorte.pt) e, em parte, no ANEXO 1, sendo que os Objectivos Estratégicos se mantêm como principais linhas de intervenção da ARH do Norte, I.P. para 2010, na medida em que dão corpo à Visão, Valores e Missão.

O.E 1	O.E.2	O.E. 3	O.E.4	O.E. 5
Promover a protecção e a recuperação do bom estado de qualidade das massas de água	Incrementar o valor dos recursos hídricos;	Aumentar a eficácia na prevenção e na minimização de riscos	Melhorar o conhecimento e a informação sobre sistemas hídricos	Garantir a participação pública e assegurar o envolvimento das instituições e cidadãos



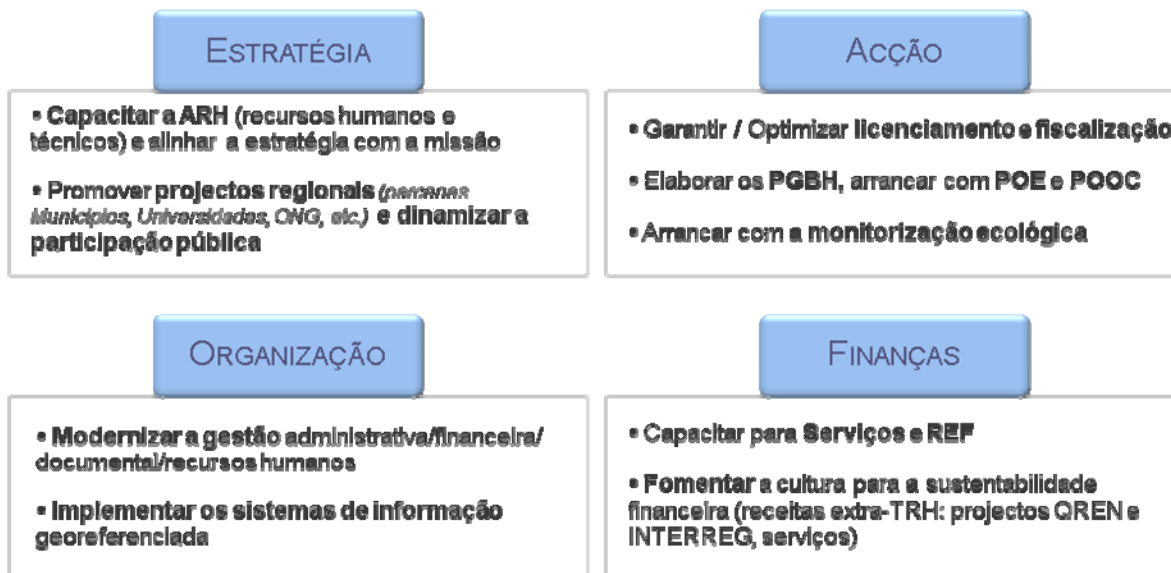
Na ARH do Norte I.P. está definido um conjunto de 7 **Áreas Temáticas** que se cruzam com os **Objectivos Estratégicos**, por essa forma suportando a identificação de domínios de intervenção relevantes.

	O.E.1	O.E.2	O.E.3	O.E.4	O.E.5
Áreas Temáticas	Qualidade da Água e Conservação dos Recursos Hídricos				
	Valorização dos Recursos Hídricos				
		Oferta e Procura da Água			
			Gestão de Riscos Naturais e Antropogénicos		
	Recursos Hídricos e Ordenamento do Território				
					Conhecimento, Informação e Participação Pública
Capacitação institucional e reforço infra-estrutural					

A ARH do Norte, I.P. procura, assim, continuar a responder aos compromissos nacionais associados ao cumprimento da Directiva Quadro da Água, nomeadamente no que concerne aos objectivos ambientais para as massas de água - seja para manutenção ou para a recuperação do seu bom estado ecológico, Entendendo-se estas prioridades como relevantes para a qualidade de vida das populações e para a promoção das actividades económicas na Região.

### Perspectivas para 2010: Aspectos centrais e programa de investimento

O segundo ano de funcionamento da ARH do Norte I.P. deverá constituir um passo firme na sua consolidação estratégica e operacional. Esse percurso deverá ser efectuado num contexto de discussão pública sobre um eventual aprofundamento político da regionalização e no quadro de um esforço de recuperação da crise económica, no qual o investimento público selectivo e virtuoso é fundamental para apoiar as pequenas empresas e a criação local de emprego. Assim, é claro que muitos dos destaques positivos referidos em 2009 serão reforçados, constituindo eixos centrais do trabalho para a ARH do Norte I.P. em 2010, que se desenvolverá, espera-se, num momento de ultrapassagem da crise económica internacional, num ambiente de esperança e de oportunidades. Nesta perspectiva, o esquema seguinte sintetiza as principais prioridades para 2010 em termos de estratégia, acção, organização e finanças, as quais mimetizam as de 2009, demonstrando que estes continuam a ser os eixos centrais de desenvolvimento da ARH do Norte I.P.



No seu conjunto, estas **prioridades** já foram abordadas no presente documento, sendo parte essencial dos destaques efectuados em 2009 e dos principais problemas que foram então colocados e que importa procurar ultrapassar. Em primeiro lugar, releva-se o processo de capacitação da ARH em termos humanos e técnicos, associada à modernização da administração interna com a implementação do sistema de informação e apoio à decisão. Este sistema, que deverá estar concluído em 2011, constituirá o pilar de suporte da acção da ARH do Norte a múltiplos níveis, designadamente no licenciamento, fiscalização, planeamento, monitorização e prevenção de riscos, etc. O reforço da capacitação em domínios de planeamento, monitorização ecológica, rede de dados e comunicações, gestão documental e arquivo são aspectos bem ilustrados no esquema de prioridades para 2010, sendo que o reforço das actividades de licenciamento e fiscalização estarão sempre presentes no quotidiano da ARH do Norte.

No domínio da acção, os principais projectos para 2010 serão abordados em *Programação e Orçamento de investimento*. Contudo, a par das questões referenciadas nesse ponto, existem alguns **aspectos complementares** que devem ser salientados.

- Um facto decisivo em 2010 continuará ser a cobrança da taxa de recursos hídricos (TRH), a qual levou à constituição do Fundo de Protecção de Recursos Hídricos (FPRH). Um óptimo aproveitamento do FPRH em 2010, procurando a sua efectivação em parceria com entidades locais e a multiplicação dos seus dividendos para os contribuintes, é um aspecto fundamental, consolidando-se assim o trabalho efectuado em 2009. A ARH do Norte não tem qualquer dúvida que este é um aspecto decisivo para todos os envolvidos na gestão da água na Região Norte, tendo já aberto concursos públicos para preparar a sua candidatura ao FPRH 2010;
- Diversas acções para a criação de valor serão especificamente desenvolvidas por via da consolidação da *Estratégia para a conservação da natureza e restauro da biodiversidade em articulação com a valorização fluvial para fins energéticos*, documento essencial para uma acção

compreensiva no domínio da protecção da natureza e dos aproveitamentos de energia em articulação com a elaboração dos PGBH/PGRH;

- A disponibilidade para as parcerias institucionais ou informais, designadamente com as entidades de cariz regional - CCDRN, municípios e entidades gestoras de serviços de águas, assim como instituições de I&D e outras associações profissionais/técnicas – e as acções de comunicação e consciencialização ambiental da sociedade civil (e.g: Prémio Água em Cartaz 2010 e, sobretudo, o Prémio Dr. Francisco da Fonseca Henriques) serão também elementos centrais das actividades previstas para o envolvimento e participação dos interessados na gestão das regiões hidrográficas. A realização de uma conferência HELP Douro está, também a ser equacionada com os serviços da UNESCO;
- A participação da ARH do Norte I.P. na Sociedade Polis Litoral Norte (SPLN)<sup>27</sup> continuará a ser elemento convergente para a estratégia da ARH do Norte nos concelhos de Caminha, Viana do Castelo e Espinho, sabendo-se que os projectos previstos no Programa do Litoral 2007-2013 para a zona de intervenção do PLN serão executados por esta entidade. A par dessas intervenções, outros projectos serão conduzidos pela SPLN, sempre com o apoio da ARH do Norte I.P., designadamente projectos de valorização de estuários (Coura, Ancora), levantamentos topo-batimétricos, cartográficos, estudos de potencial de recursos costeiros, identificação de vulnerabilidades perante a erosão costeira<sup>28</sup>;
- Em 2010, realizar-se-ão três Conselhos de Região Hidrográfica, momentos altos de participação pública e envolvimento na gestão da água e que, novamente, contarão com a participação de representantes das *Confederações Hidrográficas do Douro e do Miño-Sil.* Numa outra vertente, procurar-se-á assegurar uma melhor participação da ARH do Norte I.P. na *Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre a Cooperação para a Protecção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CADC)* visando garantir a informação dos seus trabalhos e dos grupos de trabalhos criados ao abrigo do Convenção, assim como uma convergência entre autoridades competentes transfronteiriças, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros. O aprofundamento de parcerias com a INBO e o WWC e os projectos em que a ARH do Norte I.P. está envolvida (e.g.: NOVIWAM, Douro UNESCO-HELP) serão também úteis para reforçar o seu conhecimento sobre os desafios globais da política de água, já que a sua implementação é matéria de foro central das ARH;
- Em termos de instalações, a definição da sede da ARH do Norte I.P. no Porto, na rua Formosa, será um objectivo a definir em 2010, bem como a renovação de Gabinetes de Viana do Castelo, Mirandela e Lamego. Finalmente, continuar-se-á com o esforço de coordenação com as restantes ARH e com o Gabinete da Senhora Ministra, num esforço de uma articulação estratégia comum, num modelo colaborativo que se tem revelado um sucesso assinalável;

---

<sup>27</sup>A nível da presidência, bem como assumindo o cargo de Secretária da Assembleia Geral e presença no Conselho Consultivo.

<sup>28</sup> A sua identificação consta no documento de *Avaliação Ambiental Estratégica da intervenção PLN*, cujo período de discussão pública se iniciou em 21 de Dezembro p.p. e decorreu até ao final de Janeiro p.p

## Programação e Orçamento de Investimento 2010

No Plano de Actividades 2009 foram definidos os objectivos estratégicos e operacionais associados a projectos que, pelo seu carácter plurianual, são transpostos para o Plano de Actividades 2010, à qual se associa a respectiva programação e orçamento de investimento. As principais alterações registadas a nível do PIDDAC de 2009 para 2010 resultam do facto do *plafond* atribuído à ARH do Norte, I.P. ser constituído por uma parte de Receitas Gerais (OE) e, também, pelas verbas já afectas no âmbito do FPRH. Destaque-se, nesse contexto, que o financiamento por transferências da AP no subsector através das verbas atribuídas pela tutela à ARH do Norte I.P. no âmbito da previsão de FPRH representa cerca de 20% do total financiado, superior aos 17% das Receitas Gerais do OE, sendo que o FEDER e FC representam 64%. Outra novidade é o facto de os projectos co-financiados pelo QREN sem candidatura aprovada nem submetida terem que ser forçosamente inscritos no Orçamento 2010 com uma taxa de co-financiamento comunitário estimado na base de 50% (Circular N.º 1354 da DGO), o que explica a diferença de 232.901€ entre o valor total da Proposta de Orçamento de Investimentos do Plano (PIDDAC) da ARH do Norte, I.P. para 2010 (Fig. XII) e o valor total da Programação de Investimentos da ARH do Norte, I.P. para 2010 (Figura XIII).

O orçamento PIDDAC para 2010 é apresentado na Figura XII.

Fig. XIII - Proposta de Orçamento de Investimentos do Plano (PIDDAC) da ARH do Norte, I.P. para 2010

Orçamento de Investimentos do Plano (PIDDAC)	Total 2010	%
Despesas com pessoal	0 €	0,0 %
Aquisição de bens	51.500 €	1,0 %
Aquisição de serviços	4.543.423 €	92,3 %
Outras despesas correntes	0 €	0,0 %
Aquisição de bens de capital	327.137 €	6,6 %
Outras despesas de capital	0€	0,0 %
<b>Total das Despesas de Investimento do Plano</b>	<b>4.922.060 €</b>	<b>100%</b>
Receitas Gerais – O.E.	823.123 €	16,7 %
U.E. – FEDER	3.128.009 €	63,6 %
U.E. – FC	26.099 €	0,5 %
Transferências da AP – Subsector	943.329 €	19,2 %
Transferências da AP - Outros	1.500 €	0,0 %
<b>Total das Receitas de Investimento do Plano</b>	<b>4.922.060 €</b>	<b>100%</b>

Assim, os domínios de intervenção que respondem às áreas temáticas e aos objectivos estratégicos estão esquematizados na Figura XIII - Programação de Investimentos da ARH do Norte, I.P. para 2010.

Fig. XIII - Programação de Investimentos da ARH do Norte, I.P. para 2010

Plano de Actividades			PROJECTOS DE INVESTIMENTO 2010				QREN Enquadramento PO	Tx. Máx. Co-Fin. (%)	Obs.	PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTO 2010				
Área Temática	Programas	Medidas	Denominação do projecto	Proj.	Prog.	Med.				2010				
										Valor Total	Fin. Comunitário (FEDER/FC)	Fin. Nacional (OE)	Fin. Nacional (FPRH)	Fin. Nacional Outros (parcerias)
A1. Qualidade da Água e Protecção dos Recursos Hídricos	A1.P1. Protecção dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados	M1. Controlo das pressões sobre os ecossistemas aquáticos	PROTECÇÃO DOS ECOSISTEMAS AQUÁTICOS E TERRESTRES ASSOCIADOS - CONTROLO DAS PRESSÕES SOBRE OS ECOSISTEMAS AQUÁTICOS	6503	019	006	POR NORTE	70%	A candidatar ao QREN	8.000	5.600	0	2.400	0
	A1.P2. Protecção das origens de água para consumo humano e actividades económicas	M1. Protecção das captações de água para consumo humano	PROTECÇÃO DAS ORIGENS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E ACTIVIDADES ECONÓMICAS-PROTECÇÃO CAPTAÇÕES DE ÁGUA P/ CONSUMO HUMANO	6504	019	006	POR NORTE	70%	A candidatar ao QREN	6.000	4.200	0	1.800	0
SUB-TOTAL A1										14.000	9.800	0	4.200	0
A2. Quantidade de Água e Gestão da Procura	A2.P1. Gestão de pressões quantitativas	M1. Minimização de pressões sobre o balanço hídrico	GESTÃO DE PRESSÕES QUANTITATIVAS - MINIMIZAÇÃO DE PRESSÕES SOBRE O BALANÇO HÍDRICO	6505	019	006	POR NORTE	70%	A candidatar ao QREN	3.000	2.100	0	900	0
	A2.P2. Utilização sustentável da água	M1. Promoção do uso eficiente da água	UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA - PROMOÇÃO DO USO EFICIENTE DA ÁGUA	6507	019	006	POVT-FC	70%	A candidatar ao QREN	4.000	2.800	0	1.200	0
SUB-TOTAL A2										7.000	4.900	0	2.100	0
A3. Planeamento e Ordenamento do Domínio Hídrico	A3.P1. Planeamento de recursos hídricos	M1. Elaboração dos PGBH sob jurisdição da ARH do Norte (PGRH)	ELABORAÇÃO DOS PGBH SOB JURISDIÇÃO DA ARH DO NORTE (PGRH)	6508	019	006	POR NORTE	75%	Aprovada	3.729.544	2.797.158	210.279	722.107	0
		M3. Elaboração de Planos de Ordenamento de Estuários (POE)	ELABORAÇÃO DE PLANOS DE ORDENAMENTO DE ESTUÁRIOS (POE)- DOURO E MINHO	6510	019	006	POR NORTE	75%	A candidatar ao QREN	70.000	52.500	0	17.500	0
		M4. Plano de Ordenamento da Orla Costeira entre Caminha e Espinho	ELABORAÇÃO DO POOC CAMINHA-ESPINHO (REVISÃO)	6511	019	006	POR NORTE	75%	A candidatar ao QREN	91.000	68.250	0	22.750	0
	A3.P2. Ordenamento do domínio hídrico	M1. Sistematização da rede hidrográfica	ORDENAMENTO DO DOMÍNIO HÍDRICO - SISTEMATIZAÇÃO DA REDE HIDROGRÁFICA	6513	019	006	POR NORTE	75%	A candidatar ao QREN	7.000	5.250	0	1.750	0
SUB-TOTAL A3										3.897.544	2.923.158	210.279	764.107	0
A4. Valorização dos recursos hídricos	A4.P1. Requalificação e infra-estruturação dos recursos hídricos	M1. Requalificação e infra-estruturação de sistemas ribeirinhos e fluviais	REQUALIFICAÇÃO E INFRA-ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMAS RIBEIRINHOS E FLUVIAIS - VALORIZAÇÃO DE FRENTES RIBEIRINHAS NA RH3 E RH2	6514	019	006	POVT	70%	A candidatar ao QREN	6.000	4.200	0	900	900
		M2. Requalificação e infra-estruturação do litoral	REQUALIFICAÇÃO E INFRA-ESTRUTURAÇÃO DO LITORAL	6517	019	006	POR NORTE	75%	A candidatar ao QREN	8.000	6.000	0	2.000	0
		M3. Requalificação e infra-estruturação do litoral	REQUALIFICAÇÃO E INFRA-ESTRUTURAÇÃO DO LITORAL - SISTEMAS DE APOIO À REPOSIÇÃO DA LEGALIDADE (SIARL)	6518	019	006	POVT-FC	70%	Aprovada	35.570	24.899	0	10.671	0
SUB-TOTAL A4										49.570	35.099	0	13.571	900
A5. Gestão de Riscos Naturais e Antropogénicos	A5.P1. Gestão de riscos naturais	M1. Minimização de riscos, vulnerabilidades e adaptação	GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTROPOGÉNICOS	6519	019	006	POVT	70%	A candidatar ao QREN	4.000	2.800	0	600	600
	A5.P2. Gestão de riscos antropogénicos	M2. Reposição das condições de ambiente natural com remoção de estruturas de origem entrófica												
SUB-TOTAL A5										4.000	2.800	0	600	600
A6. Capacitação Institucional	A6.P1. Desenvolvimento de sistemas integrados de informação e gestão	M1. Sistema integrado de gestão	CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE INFORMAÇÃO E GESTÃO	6525	028	001	POR NORTE	70%	A candidatar ao QREN	317.003	221.902	0	95.101	0
			CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE INFORMAÇÃO E GESTÃO - COMP. NAC. NÃO COFINANCIADA	6689	028	001	---	0%	---	0	0	0	0	0
	A6.P2. Reestruturação de instalações da ARH do Norte	M1. Infra-estruturação da ARH do Norte	CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL - REESTRUTURAÇÃO DE INSTALAÇÕES DA ARH DO NORTE	6526	006	006	PIDDAC NACIONAL	0%	NACIONAL	236.344	0	236.344	0	0
	A6.P3. Formação e valorização profissional	M1. Formação e valorização profissional	CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL - FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL	6527	028	003	POFC	70%	A candidatar ao QREN	8.000	5.600	0	2.400	0
SUB-TOTAL A6										561.347	227.502	236.344	97.501	0
A7. Conhecimento, Informação e Participação Pública	A7.P1. Informação, comunicação e sensibilização ambiental	M1. Sistema de informação sobre recursos hídricos do Norte	INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	6528	019	006	POR NORTE	75%	Submetida	40.000	30.000	0	10.000	0
			ESTUDOS DE MONITORIZAÇÃO EM ZONAS AMBIENTALMENTE SENSÍVEIS	6531	019	003	POR NORTE	75%	Submetida	200.000	150.000	0	50.000	0
			ESTUDOS SOBRE O ESTADO ECOLÓGICO, QUÍMICO E QUANTITATIVO DAS MASSAS DE ÁGUA	6532	019	003	POR NORTE	75%	A candidatar ao QREN	5.000	3.750	0	1.250	0
			SISTEMAS DE MONITORIZAÇÃO	6533	019	003	PIDDAC NACIONAL	0%	NACIONAL	376.500	0	376.500	0	0
SUB-TOTAL A7										621.500	183.750	376.500	61.250	0
<b>TOTAL</b>										<b>5.154.961</b>	<b>3.387.009</b>	<b>823.123</b>	<b>943.329</b>	<b>1.500</b>



É dado verificar que os projectos em 2010 seguem as perspectivas já traçadas nas Áreas Temáticas inscritas no Plano e Orçamento de Investimento para 2009. Do ponto de vista do valor orçamentado destacam-se, em 2010, o projecto associado aos PGBH/PGRH e o programa de Valorização dos Serviços de Ecossistemas (VERBA). Estes são elementos centrais do investimento a efectuar em 2010. No programa para 2010 continuarão a assegurar-se outras necessidades de investimento no domínio metodológico de sistemas de monitorização e de requalificação em infra-estruturas. Não obstante as limitações financeiras impostas para 2010, foi possível assegurar a contrapartida nacional para os projectos com candidatura ao QREN já aprovada, mas é claro que houve reduções significativas em projectos inicialmente previstos. Por exemplo, no caso da revisão do POOC Caminha-Espinho e elaboração do POE do Douro, todos os processos de elaboração de termos de referência e procedimento concursal, avaliação e adjudicação decorrerão ainda em 2010, mas a execução dos trabalhos dos estudos propriamente ditos apenas se poderá iniciar em 2011.

Deve ser reconhecido que a construção do Orçamento para 2010 sofreu da falta de execução verificada em 2009. Esse défice de execução ocorreu por motivos vários, em parte associados ao início de funções da ARH do Norte I.P. e à preparação de processos internos, designadamente dos concursos públicos associados ao arranque do projecto PGBH. Por outro lado, também se verificaram dificuldades no acesso a projectos QREN previstos em 2009 (e.g.: falta de enquadramento em avisos para o projecto de modernização administrativa, não abertura de programa para revisão do POOC e elaboração do POE), cujos constrangimentos da execução se esperam ultrapassar em 2010.

Sem efectuar quaisquer alterações muito significativas, as oportunidades de financiamento do QREN poderão obrigar a alguns ajustes adicionais, nomeadamente se vierem a ser concretizados avisos para candidaturas na área dos riscos e energia (em programas regionais) ou se forem acordadas intervenções de defesa costeira em parceria com outras entidades, essas candidatas ao POVT.

Por último, entende-se, ainda, que o Fundo de Protecção de Recursos Hídricos deverá ser perspectivado em 2010 como o foi em 2009, uma excelente oportunidade para a parceria com entidades públicas, procurando devolver os montantes cobrados aos utilizadores em projectos concretos de protecção e reabilitação e valorização dos recursos hídricos na Região Norte, sem prejuízo da perequação nacional que o mesmo permite. Essa é uma aposta essencial da ARH do Norte I.P. e, certamente, que vai obrigar a um esforço concertado para se conseguir conceptualizar propostas de qualidade estruturante, competitivas a nível nacional.

## 7. ANEXOS

### Contribuição dos Domínios de Intervenção para Objectivos Estratégicos (resultados do II CRH)

		OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS				
		Promover a protecção e a recuperação do bom estado de qualidade das massas de água	Incrementar o valor dos recursos hídricos	Aumentar a eficácia na prevenção e na minimização de riscos	Melhorar o conhecimento e a informação sobre sistemas hídricos	Garantir a participação pública e assegurar o envolvimento das instituições e cidadãos
INICIATIVAS/PROJECTOS	(P01) Promover a gestão do domínio hídrico (perímetros de protecção dos aquíferos, delimitação de espaços, outros)	●	●	●	●	○
	(P02) Implementar a renaturalização/ recuperação dos recursos hídricos	●	●	●	●	●
	(P03) Construir as infra-estruturas de lazer/ acessibilidade para valorização dos recursos hídricos	○	●	●	○	●
	(P04) Promover a navegabilidade no domínio hídrico	○	●	○	○	●
	(P05) Promover a criação de meios/ infra-estruturas de monitorização dos recursos hídricos e variáveis ambientais	●	●	●	●	●
	(P06) Promover a disponibilidade e o abastecimento de água em zonas altas	○	●	○	○	●
	(P07) Promover a exploração de energias alternativas (ondas, marés, eólicas offshore, outras)	○	●	○	●	○
	(P08) Implementar iniciativas de apoio à educação e formação à comunidade sobre a utilização da água	●	○	○	○	●
	(P09) Recuperar as infra-estruturas de gestão dos recursos hídricos	○	●	●	○	○
	(P10) Construir as infra-estruturas de protecção dos recursos hídricos	●	●	●	○	○
	(P11) Promover a gestão eficiente do abastecimento da água	●	●	○	○	○
	(P12) Promover a gestão eficiente do abastecimento da água à agricultura	●	●	○	○	○
	(P13) Optimizar o aproveitamento das águas residuais	●	●	○	○	○
	(P14) Promover a criação de meios/ infra-estruturas de monitorização da qualidade da água	●	●	●	●	○

Na segunda fase de caracterização dos domínios de intervenção, foi desenvolvida uma análise de acordo com o Risco e o Valor, tendo por base critérios previamente definidos. Em relação ao Risco, classificou-se domínios de intervenção quanto à Complexidade (técnica, logística e outros), Dependência de terceiros e Aceitação/ Capacidade de implementação. No diz respeito ao Valor, os domínios de intervenção foram classificados tendo em conta critérios de Janela de Oportunidade, Abrangência/profundidade, Contribuição para os objectivos estratégicos.

Com base nos resultados foi construída uma matriz Risco/Valor, ficando os domínios de intervenção divididos em três categorias: Executar, Planear e Reavaliar, tendo sido classificados quatro domínios de intervenção na categoria Executar, como sendo os que apresentam melhor relação Risco/Valor. Os documentos resultantes desta discussão estão disponíveis no sítio electrónico da ARH do Norte para *download*.